

# SUMÁRIO

## **I. DIREITO DO TRABALHO APLICADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- I.1 Aspectos introdutórios
  - I.1.1 As relações de trabalho na Administração Pública
  - I.1.2 Algumas noções importantes sobre a relação de emprego e o Direito do Trabalho
  - I.1.3 O Direito do Trabalho na Administração Pública
- I.2 Estabelecimento e Desenvolvimento do Contrato de Trabalho na Administração Pública
  - I.2.1 Concurso público para ocupação de emprego público
  - I.2.2 Emprego público em comissão
  - I.2.3 Equiparação salarial e desvio funcional na Administração Pública
  - I.2.4 Alteração do contrato de trabalho na Administração Pública
  - I.2.5 Sucessão trabalhista e a Administração Pública
  - I.2.6 Validade de Legislação Estadual, Distrital e Municipal
- I.3 Terceirização na Administração Pública
- I.4 Extinção do contrato de trabalho
  - I.4.1 Estabilidade do empregado público
  - I.4.2 Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho
  - I.4.3 Tutela das verbas rescisórias
- I.5 Direito coletivo do trabalho na Administração Pública
  - I.5.1 Organização sindical
  - I.5.2 Solução de conflitos coletivos envolvendo a Administração Pública

## **II. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

- II.1 A Fazenda Pública em juízo e os princípios do Direito Processual do Trabalho
- II.2 Competência da Justiça do Trabalho e a Fazenda Pública
  - II.2.1 Introdução
  - II.2.2 Lides decorrentes de relação de trabalho e servidores públicos
  - II.2.3 Lides decorrentes do exercício do direito de greve
  - II.2.4 Lides sindicais
  - II.2.5 Atos da fiscalização do trabalho
  - II.2.6 Indenização por dano moral ou patrimonial decorrente da relação de trabalho
  - II.2.7 Mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*
  - II.2.8 Execução de ofício de contribuições previdenciárias e competência em matéria tributária
- II.3 As prerrogativas da Fazenda Pública no Direito Processual do Trabalho
  - II.3.1 Presunção de validade dos termos de rescisão dos contratos de trabalho
  - II.3.2 Prazo em quádruplo para comparecimento à audiência una ou inaugural
  - II.3.3 Prazo em dobro para recorrer

- II.3.4 Dispensa de recolhimento de depósito recursal e pagamento de custas
- II.3.5 Remessa necessária
- II.4 Outros institutos e conceitos típicos da Fazenda Pública
  - II.4.1 Reconhecimento de revelia
  - II.4.2 Representação de procuradores
  - II.4.3 Dispensa de autenticação de documentos
  - II.4.4 Legitimidade recursal dos entes da Administração Direta em relação às entidades que compõe a Administração Indireta
- II.5 Execução contra a Fazenda Pública
  - II.5.1 Introdução
  - II.5.2 Fase processual da execução contra a Fazenda Pública
    - II.5.2.1 Introdução
    - II.5.2.2 Matérias passíveis de alegação pela Fazenda Pública
- II.6 Dos procedimentos de requisições
  - II.6.1 Da execução por meio de precatórios
    - II.6.1.1 Introdução
    - II.6.1.2 Definições importantes: precatório, requisitório, apresentação e expedição
    - II.6.1.3 Fracionamento de precatórios
    - II.6.1.4 Listagem e preferências em precatórios
  - II.6.2 Disponibilização orçamentária, regime especial, sequestro e pagamento
    - II.6.2.1 Compensação
    - II.6.2.2 Revisão de cálculos em precatórios
  - II.6.3 Da execução da dívida de pequeno valor
  - II.6.4 Juros de mora

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **GUIA SISTEMATIZADO DE RECURSOS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

- I. Competência funcional no direito processual do trabalho e a lógica recursal
- II. Efeito dos recursos
- III. Requisitos de admissibilidade
- IV. Quadro de recursos
- V. Conteúdo complementar sobre recursos
  - V.1 Guia sistematizado de recurso de revista
  - V.2 Recurso de embargos
  - V.3 Impugnação às decisões monocráticas
  - V.4 Agravo contra decisão interlocutória de relator e poderes monocráticos
  - V.5 Recurso adesivo
  - V.6 Processamento de agravo de instrumento nos próprios autos

### **GUIA SISTEMATIZADO DE AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO**

- I. Conceito
- II. Natureza jurídica
- III. Juízos de rescindibilidade e rescisoriidade
- IV. Objeto de rescindibilidade e competência
- V. Partes
- VI. Requisitos
  - VI.1 Coisa julgada
  - VI.2 Prazo decadencial
  - VI.3 Prequestionamento
- VII. Indeferimento da petição inicial
- VIII. Aspectos recursais
- IX. Despesas processuais, custas, honorários e depósito prévio
- X. Aspectos gerais
- XI. Fundamentos de rescindibilidade
  - XI.1 Dolo e colusão
  - XI.2 Violação à coisa julgada
  - XI.3. Violação legal (art. 485, V, do CPC)
  - XI.4 Documento novo
  - XI.5 Erro de fato
  - XI.6 Invalidade de confissão
- XII. Pleitos cautelares

**SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO ORGANIZADAS POR TEMAS**